UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Projeto de Extensão

Universidade e Prisão: Um diálogo crítico e dialético.

Lobelia da Silva Faceira

Matrícula: 1807512

Rio de Janeiro, janeiro de 2017

SUMÁRIO

1. Apresentação....2
2. Justificativa....4
3. Objetivos....7
   3.1 Objetivo geral....7
   3.2 Objetivos específicos....8
4. População alvo....10
5. Referencial teórico....10
6. Metodologia....14
   6.1 Descrição das atividades....15
7. Avaliação....17
   7.1 Matriz Avaliativa....17
8. Recursos....20
   8.1 Recursos Humanos....20
   8.2 Recursos Materiais de Consumo....20
   8.3 Recursos Materiais Permanentes....22
9. Cronograma....23
10. Referencias bibliográficas....24

1. Apresentação

A formação em Serviço Social deve estar pautada em currículos plenos dotados de flexibilidade, observando a maleabilidade na organização dos conteúdos, as singularidades regionais e locais, sem perda de referencial básico nas disciplinas fundamentais do currículo. Vale considerar também a dinâmica presente na organização de todos os componentes da estrutura curricular, de forma que possibilite a compreensão dos dilemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. Nesse sentido, as respostas às demandas em que o Serviço Social é chamado a intervir exigem uma formação qualificada e o desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias ao fazer profissional, orientadas pelas atribuições privativas e competências profissionais e definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e pelo Código de Ética (Resolução CFESS nº 273/93). O projeto pedagógico da Escola de Serviço Social da UNIRIO combina o domínio das principais referências teóricas utilizadas pela profissão com a qualificação técnica para desenvolvimento da dimensão investigativa necessária à apreensão a dinâmica dos fenômenos sociais, intervir na realidade e construir estratégias profissionais referenciadas pelo arcabouço teórico e técnico reconhecido, hegemonicamente, pela categoria. Ressalte-se que tal processo requer também um investimento em atividades complementares como a monitoria, iniciação científica, seminários, produção científica e os projetos de extensão universitária, que materializam a função social da Universidade Pública. Assim, entende-se que o compromisso profissional assumido pelo Serviço Social na contemporaneidade será reafirmado no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esclarecemos que o presente projeto de extensão está articulado as atividades da Escola de Serviço Social e do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV) do Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo como proposta inicial desenvolver atividades extensionistas com os usuários e profissionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).

As atividades do presente projeto estão subdivididas em quatro etapas, ou seja, as ações serão organizadas de acordo com o período acadêmico do discente, com vistas a contribuir para seu processo de formação profissional, bem como manter coerência com as habilidades e competências, que são desenvolvidas em cada período letivo.

Alunos de primeiro, segundo e terceiro período:

Esses alunos ingressantes na Escola de Serviço Social ainda não possuem clareza da profissão, de suas atribuições privativas e dos diversos campos sócio ocupacionais. Logo, ele desenvolverá dentro do projeto as atividades de **Grupo de Estudo**, constituído como um espaço de leitura e debate teórico sobre as temáticas que se relacionam ao campo sociojurídico.

Alunos de quarto períodos:

Nesse período acadêmico, os alunos começam a conhecer os instrumentos e técnicas de intervenção, a dinâmica da prática profissional e a dimensão do projeto ético político profissional. Nesse sentido, os alunos iniciarão atividades de observação e acompanhamento ao coordenador do projeto na efetivação das diversas ações extensionistas.

Alunos de quinto e sexto períodos:

Nesse período os alunos já estão habilitados e possuem as competências teórico metodológicas, ético política e técnico operativa para iniciar o processo interventivo, tendo o acompanhamento, suporte profissional e a supervisão do professor-coordenador do projeto. Logo, os mesmos iniciarão a execução das diversas ações extensionistas.

Alunos de sexto, sétimo e oitavo períodos:

Nesses períodos acadêmicos, o aluno está desenvolvendo as habilidades de pesquisa, logo estarão aptos a iniciarem a coleta e análise de dados de pesquisas junto ao campo sociojurídico.

Esclarecemos que estas atividades serão descritas nos procedimentos metodológicos do presente projeto.

2. Justificativa

O Serviço Social se insere no campo socio ocupacional das prisões na década de 50, através da criação em 22 de março de 1951 da Associação de Serviços Sociais pelo Major do Exército Victorio Caneppa, que em visita aos estabelecimentos penais na Europa e Estados Unidos observou a existência do trabalho do serviço social nas prisões. Com o apoio da Igreja Católica, o Sr. Victorio Caneppa - diretor da Penitenciária Central - mobilizou um grupo de voluntárias para trabalharem, em caráter experimental, como assistentes sociais. O serviço social surge no sistema penitenciário através do intermédio da Igreja Católica e atrelado as relações de controle do Estado, representadas pelo diretor da unidade prisional.

Em 1954 foi aprovado o Regime Penitenciário – Decreto n. 3.5076, art. 16 – , que estabelece a assistência aocial nos estabelecimentos penais, para o atendimento aos sentenciados, aos egressos definitivos das prisões, aos liberados condicionalmente, às famílias dos mesmos e das vítimas. O Serviço Social, neste contexto, passa a estar vinculado ao Centro de Serviço Social – que integra o Serviço de Recuperacão Social. Esclarecemos que o Serviço de Recuperacão Social coordenava as atividades assistenciais divididas em: Seção de Disciplina, Seção de Assistência Jurídica e Serviço Social.

Na década de 60 foi criada a Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE) e, consequentemente, o serviço social passou a estar vinculado a Divisão Cultural e de Serviços Assistenciais, possibilitando que o assistente social experimentasse posição no planejamento e na supervisão de programas em nível de macroatuação.

Em 1972, o serviço social passa a compor a Divisão Assistencial – dirigida por um advogado de fomação presbiteriana, cujo objetivo precípuo era a coordenação da assistência religiosa aos internados.

Em março de 1975 ocorreu a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro e neste contexto, a SUSIPE retorna para a Secretaria de Justiça com a nova denominação de Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE).

O DESIPE cria em 18 de agosto de 1975 a Divisão de Serviço Social, com o objetivo de coordenar tecnicamente a ação dos assistentes sociais nas unidades prisionais, sendo um órgão de assessoria técnica à Direção Geral do DESIPE e às Direções das prisões.

Ao longo das décadas de 80 e 90, foram reestruturadas as atribuições do assistente social no âmbito da execução penal, além de ações de capacitação, supervisão e aprimoramento da perspectiva teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão.

Em 1998 ocorreu o primeiro concurso publico para assistentes sociais da Secretaria de Estado de Justiça, no sentido de atender a necessidade de profissionais para atuarem no DESIPE e no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

Em 2003 foi criada a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no estado do Rio de Janeiro e na sua estrutura o serviço social passou a constituir a Coordenação de Serviço Social, vinculada a Subsecretaria de Tratamento Penitenciário.

Nesse breve resgate histórico, gostaríamos de ressaltar os avanços que o serviço social vai conquistando no processo de desenvolvimento e estruturação do sistema penitenciário, mas também as restrições, no sentido de atualmente o Rio de Janeiro possuir cerca de 30.000 presos e apenas 85 assistentes sociais (Dados da Coordenação de Serviço Social da SEAP). Desde quantitativo, cerca de 40 assistentes sociais são

contratadas (trabalhando num regime de contrato temporário, com duração de 2 anos, podendo ser renovado por igual período de tempo). Neste sentido, consideramos importante a universidade e, especificamente, a Escola de Serviço Social contribuir com este campo sócio ocupacional, planejando atividades diversas com as assistentes sociais, os presos, familiares e população egressa.

Esclarecemos que a escolha pela temática e campo sócio ocupacional do presente projeto de extensão foi direcionada pelo fato da minha inserção durante nove anos como assistente social do sistema penitenciário, tendo vivenciado diversas atividades profissionais: 2001-2002 trabalhei como assistente social no Hospital Penal Hamilton Agostinho; de 2002-2003 fui chefe da seção de planejamento da Divisão de Serviço Social do DESIPE; no período de 2004-2007 fui diretora da Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial da Coordenação de Serviço Social da SEAP; de 2007-2008 fui coordenadora de inserção social da SEAP e de 2008-2010 trabalhei como assistente social da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira.

Em função desta inserção como assistente social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP), desenvolvi estudos e análises dos programas e políticas sociais inseridos no contexto prisional, apresentando os mesmos em congressos e eventos científicos diversos. Em agosto de 2010, quando ingressei na Escola de Serviço Social da UNIRIO criei o presente projeto de extensão, que já atendeu cerca de 500 presos e mais de 50 assistentes sociais em suas diversas atividades. A reapresentação do referido projeto justifica-se pelo fato de planejarmos para 2014 atividades vinculadas ao Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV), vinculado ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO.

Esclarecemos que o Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência foi construído e criado pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social, sendo necessário estruturar uma rede de atendimentos e serviços à população egressa. Destacamos ainda a relevância da inserção dos discentes de Serviço Social na

implantação de um Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência, espaço de atendimento de inúmeras expressões da Questão Social. Além de possibilitar a articulação da ESS com as demais escolas e setores da universidade, caminhando no sentido de efetivar ações interdisciplinares.

O projeto de extensão é de extrema relevância acadêmica, pois proporcionará aos alunos o contato com o campo ocupacional e a vivência do exercício profissional, tendo oportunidade de aprimorar seus conhecimentos científicos e a articulação teoria prática.

O respectivo projeto também é relevante para os diversos profissionais da SEAP-RJ, uma vez que viabiliza espaços de capacitação contínua, bem como oferece serviços e atividades para a própria população usuária.

O projeto é de grande importância para a população carcerária, uma vez que oferece um espaço de reflexão e debate sobre o cotidiano prisional e, principalmente, sobre a prospecção do retorno dos indivíduos em privação de liberdade a dinâmica da vida social.

Pontuamos ainda, que as atividades extensionistas consistem na socialização de conhecimento e contribuição das produções e reflexões científicas para a comunidade e sociedade, propriamente dita, reafirmando a função social da universidade.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Propiciar ao discente de Serviço Social vivência em atividades de ensino, extensão e de iniciação científica no sistema sociojurídico, especificamente, na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).

3.2 Objetivos Específicos

1. Estudar temáticas articuladas ao sistema prisional, como: prisões, direitos humanos, justiça social, violência, ética e outros.

2. Estimular ações socioeducativas, que caracterizem um espaço de reflexão e informação para os internos do sistema penitenciário, com vistas a repensar criticamente a condição de reclusão e de retorno à liberdade e ao convívio social.

3. Realizar o atendimento da população egressa do sistema penitenciário – oriunda do estado do Rio de Janeiro – no Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência (LPSPV), com vistas a efetivar encaminhamentos diversos, contribuindo para o acesso aos direitos sociais.

4. Desenvolver projetos de pesquisa relacionados às categorias teóricas TRABALHO, CIDADANIA e PRISÃO no campo sócio ocupacional do sistema penitenciário.

4. População alvo

As atividades extensionistas serão desenvolvidas com os profissionais e usuários da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, além dos indivíduos egressos do sistema penitenciário.

5. Referencial Teórico

A temática da instrumentalidade do serviço social não se constitui apenas em Termos teórico-filosóficos, mas como reflexões constituintes dos processos históricos da realidade social e têm como matéria-prima a profissionalidade do serviço social, cotidianamente construída e reconstruída no movimento entre conservadorismo e renovação.

A instrumentalidade é uma propriedade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes no nível do cotidiano. Ao intentarem alterar o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Todo trabalho social possui instrumentalidade, a qual é construída e reconstruída na trajetória das profissões pelos seus agentes. Esta condição inerente ao trabalho é dada

pelos homens no processo de atendimento às necessidades materiais (comer, beber) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto) suas e de outros homens. Pelo processo de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmo e aos outros homens. Assim, os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade. A ação transformadora que é práxis, cujo modelo privilegiado é o trabalho, tem uma instrumentalidade. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade). Mas a práxis necessita de muitas outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade.

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos), necessários à realização da práxis.

Se trabalho é relação homem-natureza, e práxis é o conjunto das formas de objetivação dos homens (incluindo o próprio trabalho) num e noutro os homens realizam a sua teleologia. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em meios para o alcance de suas finalidades. Converter os objetos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos é um processo teleológico, o qual necessita de um conhecimento correto das propriedades dos objetos. Nisso reside o caráter emancipatório do trabalho. Entretanto, tal conhecimento seria insuficiente se a ele não se acrescentasse a operatividade

propriamente dita, a capacidade de os homens alterarem o estado atual de tais objetos. (Guerra, 2000).

No trabalho o homem desenvolve capacidades, que passam a mediar sua relação com outros homens. Desenvolve também mediações, tais como a consciência, a linguagem, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis. Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais. Mas isso só ocorre em condições sócio-históricas determinadas, como o próprio processo produtivo capitalista.

Pelas suas características, o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital. Isso se dá por meio de profundas e substantivas transformações societárias, as quais não poderão ser tratadas neste texto. Cabe-nos apenas sinalizar que num determinado tipo de sociedade, a do capital, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto gênero humana e se converte em instrumentos para a execução das necessidades de outrem.

Muitas das requisições da profissão de serviço social são de ordem instrumental (em nível de responder às demandas contraditórias do capital e do trabalho e em nível de operar modificações imediatas no contexto empírico), exigindo respostas instrumentais, o exercício profissional não se restringe a elas. Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês. Isto pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental. Esta é necessária para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão. Porém, reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade. Significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho. É também equivocado pensar que para realizá-las o profissional possa prescindir de referências teóricas e ético-políticas.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

6. Metodologia

Objetivo Geral	Atividades	Periodicidade	Local
Estudar temáticas articuladas ao sistema prisional, como: prisões, direitos humanos, justiça social, violência, ética e outros.	Disciplina Violência e Sociedade	Semanal Quinta-feira das 18 às 22 horas	UNIRIO
Estimular ações socioeducativas, que caracterizem um espaço de reflexão e informação para os internos do sistema penitenciário, com vistas a repensar criticamente a condição de reclusão e de retorno à liberdade e ao convívio social.	Trabalho socioeducativo com internos da SEAPEB e SEAPBM	Semanal	SEAPEB SEAPBM
Realizar o atendimento da população egressa do sistema penitenciário – oriunda do estado do Rio de Janeiro – no Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência (LPSPV), com vistas a efetivar encaminhamentos diversos, contribuindo para o acesso aos direitos sociais.	Atendimento aos egressos do sistema penitenciário, que são realizados no Banco da Providência;	Semanal	Banco da Providência

Desenvolver projetos de pesquisa relacionados às categorias teóricas TRABALHO, CIDADANIA e PRISÃO no campo sócio-ocupacional do sistema penitenciário.	✚ Mapeamento dos temas; ✚ Elaboração do Projeto de Pesquisa. ✚ Elaboração da Pesquisa de campo; ✚ Leituras e construção do marco teórico da pesquisa; ✚ Elaboração do Relatório Final da pesquisa.	Anual	UNIRIO SEAP

6.1. Descrição das atividades:

Disciplina Optativa "Violência e Sociedade" – o projeto de extensão desenvolveu no período de 2011 até 2016 um grupo de estudos, com a proposta de realizar debates e configuração de referencial teórico, para o desenvolvimento das atividades extensionistas. Em 21.12.2016 goi aprovado pelo departamento de Serviço Social da UNIRIO que fosse ofertado em 2017.1 e 2017.2 a disciplina optativa de "Violência e Sociedade", com a proposta de institucionalizar o debate das categorias teóricas de violência, segurança pública e prisão, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esclarecemos que a disciplina será disponibilizada à discentes de serviço social e outros cursos e universidades, bem como para profissionais diversos, que tenham interesse pela temática de violência e prisões.

Trabalho socioeducativo com os internos da SEAPEB e SEAPBM – realizado todas as sextas feiras das 10 às 17 horas – com o objetivo de discutir o cotidiano da

prisão e as perspectivas de retorno à vida social. Esclarecemos que são atendidos por semestre cerca de 100 presos, divididos em dois turnos.

O trabalho socioeducativo é realizado desde 2011 na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira – unidade prisional destinada ao cumprimento da pena de privação de liberdade em regime fechado, localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó.

Em 2017, o projeto de extensão irá expandir o trabalho socioeducativo para o Instituto Penal Benjamim Moraes Filho (SEAPBM), que consiste numa unidade prisional destinada ao cumprimento da pena de privação de liberdade em regime semi aberto, também localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó.

O trabalho socioeducativo é operacionalizado através da exibição e debate de filmes diversos relacionados as temáticas escolhidas pelos presos, sendo ainda utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, recortes de jornais, charges e músicas.

- **Atendimento Social aos egressos da SEAP** – os alunos extensionistas realizarão atendimento aos egressos semanalmente no espaço físico do Banco da Providência, no horário das 8 às 12 horas. Esta atividade é desenvolvida através de uma parceria entre o Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre a Violência (LPSPV) e o Banco da Providência.

  O LPSPV está vinculado ao Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sendo criado em 2012 no âmbito do projeto de pesquisa "A construção da memória da educação prisional no estado do Rio de Janeiro", coordenado pelo professor Francisco Ramos de Farias e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Edital Pensa Rio. O laboratório foi idealizado com vistas a atender a demanda de diferentes projetos de pesquisa e

extensão, que tematizam a relação entre a violência, a criminalidade e a memória social.

Neste sentido, o LPSPV propicia o intercâmbio e articulação entre os diversos projetos de pesquisa, extensão, práticas sociais e monitoria, tendo a finalidade de desenvolver atividades interdisciplinares no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que contribuam com a construção e a difusão do conhecimento e práticas do Programa de Pós Graduação em Memória Social.

Em 2015, com a proposta de efetivar atendimento aos egressos e indivíduos privados de liberdade, o LPSPV realizou uma parceria com o Banco da Providência, que possibilitou a ampliação do quantitativo de atendimentos sociais da referida instituição, a efetivação da atuação do serviço social do LPSPV e ainda o desenvolvimento de pesquisas e projetos de intervenção.

Fundado há 57 anos por Dom Hélder Câmara, o Banco da Providência é uma organização social que atua de maneira conjunta com as políticas públicas na busca da redução da desigualdade social no Rio de Janeiro. Tem como missão reduzir a extrema pobreza no município do Rio, através de projetos de capacitação profissional e geração de renda que visam o desenvolvimento humano e social de jovens, adultos e famílias que vivem em situação de pobreza na cidade. Com ações de acolhimento, capacitação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento das lideranças locais.